

ANTROPOLOGIA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE

César Niemietz



E-book 4

FAM
ONLINE

Neste E-book:

Introdução.....	3
Sobre diversidade, diferença e desigualdade	3
Os efeitos do colonialismo sobre a construção da identidade do “outro”. 5	
A propósito dos conceitos de binarismo e interseccionalidade.....	13
Sobre o binarismo “Oriente” e “Ocidente”	16
A resposta dos dominados às teorias coloniais.....	20
Sobre o binarismo “masculino” e “feminino”	23
As desigualdades e a intolerância à diversidade.....	32
Considerações finais.....	37
Síntese	39

INTRODUÇÃO

Nos módulos anteriores trilhamos um amplo percurso acerca da relação entre identidade e diferença, visto pela perspectiva da Antropologia. Neste quarto módulo finalizaremos nosso trajeto focalizando as transformações pelas quais a questão da identidade passou ao longo da segunda metade do século 20 e no início do século 21, tomando como mote as lutas identitárias que demarcaram e permanecem definindo as dinâmicas sociais e políticas do mundo contemporâneo.

Trataremos do chamado **pensamento pós-colonial**, conhecido como um conjunto amplo e interdisciplinar de teorias que, a partir da década de 1960, buscou romper com as formas etnocêntricas de classificação dos grupos humanos e das identidades individuais. Esses estudos estiveram relacionados aos chamados **estudos subalternos** (*subaltern studies*), que tiveram como interesse principal reivindicar uma posição que até então era **dominada** – ou subalterna –, de maneira a se opor ao pensamento **dominante** responsável pela produção de grande parte das teorias etnocêntricas provenientes da Europa e dos Estados Unidos da América.

Esse movimento de libertação do pensamento não é homogêneo, pois se caracteriza como uma tentativa ampla de recontar a história pela **perspectiva dos**

dominados, bem como de acertar as contas com as teorias que serviram de justificativa para os dominantes em seus processos de dominação colonial.

A partir dos estudos pós-coloniais, verificamos uma interessante tendência voltada para o resgate do ponto de vista das populações marginalizadas, a exemplo das mulheres e dos homossexuais, assim como de lugares considerados pelos europeus e estadunidenses como subdesenvolvidos, a exemplo das populações asiáticas, latino-americanas e africanas. O resultado imediato dessa produção difusa foi o questionamento das categorias pré-estabelecidas, tais como classe, gênero, casta, profissões e a própria noção de verdade.

OS EFEITOS DO COLONIALISMO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO “OUTRO”

A passagem do século 18 para o século 19 indicou uma mudança drástica no que concerne à expansão das fronteiras globais. De um lado, a Revolução Francesa (1789) despertou a ideia de que era possível um modelo de sociedade no qual as pessoas seriam consideradas como detentoras de direitos universais, sendo que os efeitos desse processo alcançaram também populações fora do continente europeu, a exemplo da Revolução Haitiana (1791).

De outro lado, o advento da Revolução Industrial trouxe a necessidade de se ampliar o mercado consumidor de bens industrializados, de maneira que diversas empresas e Estados intensificaram a exploração de regiões distantes ao redor do mundo. Esse processo de extensão do poder dos mercados e dos países europeus esteve relacionado com o que chamamos de colonialismo:

Colonialismo indica a doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, Colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio (GENTILI, 1998, p. 181).

Ainda sobre o assunto, a autora do verbete acima associa colonialismo a imperialismo, uma vez que são processos que partem de bases semelhantes. O colonialismo induz a formação de impérios, uma vez que se ampliou ao redor do mundo e definiu os domínios administrativos e políticos da exploração por parte das potências europeias do século XIX:

Colonialismo é frequentemente usado como sinônimo de imperialismo, quando, em vez disso, ele não é senão uma das formas assumidas pelo imperialismo no decorrer da história. O Colonialismo teve na época da expansão mais avançada do imperialismo, fim do século XIX, formas e conteúdo mais complexos que em qualquer época anterior (GENTILI, 1998, p. 183).

Com as lutas de independência ocorridas no século 20, o colonialismo foi progressivamente declinando, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A partir de então, diversos territórios passaram a ter de volta sua autonomia, a exemplo de Ruanda e Burundi (colônias dominadas pela Bélgica); Argélia, Tunísia, Mauritânia, Senegal, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Burquina Fasso e Benin (colônias francesas); Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe (colônias portuguesas); Índia, Paquistão, Egito, Sudão, Quênia, Uganda, Zimbábwe, Zâmbia, Botswana, Serra Leoa, Nigéria, Malawi (colônias do Reino Unido). Além desses territórios, muitos outros estiveram em disputas relacionadas a dois ou mais países europeus, o que tornou o processo de descolonização traumático e violento para as populações que ali viviam.

Saiba mais

Filme **A batalha de Argel** (1966), dirigido por Gillo Pontecorvo, escrito por Franco Solinas e produzido por Casbah Film.



Imagem 1: Poster do filme A batalha de Argel-
Fonte: <https://www.imdb.com/> Acesso em: 28 jun. 2019.

O filme trata dos conflitos ocorridos na Argélia entre os anos 1950 e 1960, quando da luta pela independência argelina. Ao apresentar os elementos constitutivos do sentimento de indignação dos argelinos em relação ao domínio francês, o filme acompanha as táticas de luta entre a Frente de Libertação Nacional (FLN), grupo guerrilheiro argelino, e a contraguerrilha, liderada pela tropa de ocupação francesa. Ao longo da obra, é possível verificar como as identidades nacionais são colocadas em jogo na disputa gerada pelo colonialismo francês.

Inúmeros foram os efeitos do colonialismo sobre os países dominados. Entretanto, vamos destacar apenas dois que estão relacionados de maneira mais estreita com a produção das identidades na posterior luta por libertação dos países dominados. Em primeiro lugar, o colonialismo exerceu uma forma autoritária de dominação de países sobre territórios alheios à sua composição étnico-cultural. Dessa forma, a presença do exército foi importante para garantir que todas as formas de revoltas fossem reprimidas de maneira violenta, o que significou verdadeiros massacres em territórios dominados, a pretexto de garantir a ordem que convinha aos países colonizadores.

Desse modo, a mentalidade autoritária se imiscuiu em boa parte das colônias, uma vez que a violência se tornou tão cotidiana que as pessoas acabaram absorvendo seus efeitos perversos. Assim, torna-se compreensível o fato de que, com o fim do colonialismo, boa parte dos países tenham enfrentado conflitos internos. Ou seja, a herança deixada pelos europeus foi marcada pela dominação e pela violência.

De outro lado, as colônias eram vistas pelos países que as dominavam como meios de exploração econômica. Assim, com o decorrer dos processos de descolonização, diversos territórios foram deixados à sua própria sorte, uma vez que não foram fomentadas dinâmicas econômicas que os capacitasse a disputar os mercados internacionais com os países que antes os dominavam. Desse modo,

o subdesenvolvimento e a dependência econômica permaneceram situando esses territórios então recém descolonizados em posições dominadas.

Os dois elementos apontados se tornaram fundamentais para se compreender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas dos territórios descolonizados e os países criados, uma vez que reforçaram as desigualdades geopolíticas ao redor do mundo.

Note-se que, ao tratarmos do colonialismo, evidenciamos desigualdades características do processo de exploração das colônias. Sobre isso, uma breve reflexão será útil para a compreensão dos tópicos posteriores: enquanto **diferença** é algo que define uma certa identidade sem necessariamente subordinar ou ser subordinada a outras identidades, a **desigualdade** define identidades de acordo com padrões de dominação. Isto se deve ao fato de que as diferenças não hierarquizam necessariamente os grupos humanos, enquanto as desigualdades interferem nos diferentes poderes que tais grupos possuem.

Buscando compreender essas complexas relações travadas com os processos de descolonização, diversos intelectuais, situados em locais considerados dominados, passaram a desenvolver análises a respeito desses processos políticos e culturais, reivindicando a reformulação de conceitos definidos anteriormente pelos grupos dominantes.

Reflita

A dominação colonial foi tema de diversos livros de memórias escritos por pessoas que estavam situadas dentro das colônias. Muitas dessas obras se valem dos lugares de fala (ver adiante) dessas pessoas, ou seja, os narradores apresentam os eventos a partir da posição que ocupam nas sociedades.

Como exemplos dessa profícua produção pós-colonial, duas obras recentes podem ser destacadas. A primeira, **Caderno de memórias coloniais**, escrito por Isabela Figueiredo e publicado em 2009, narra as lembranças da autora a respeito dos últimos anos da colonização portuguesa em Moçambique, país este que teve sua independência apenas em 1975. A perspectiva adotada por Figueiredo é a de filha de colonos portugueses que deixaram o país após o fim do processo colonial. Neste interessante depoimento, a narradora aborda os efeitos sociais e psicológicos desse processo a partir da ótica do colonizador.

Já em *Baratas*, obra da renomada escritora ruandesa Scholastique Mukasonga, publicada em 2006, trata das memórias referentes ao genocídio ocorrido em Ruanda no ano de 1994, no qual morreram cerca de um milhão de pessoas. A obra apresenta a perspectiva feminina de uma pessoa sobrevivente que teve sua família mor-

ta no conflito entre pessoas das etnias tutsis e hutus.



Imagem 2: Livros Baratas e Caderno de memórias coloniais. Créditos Figura 3: Fontes: <http://editoranos.com.br> e <http://amazon.com>. Acesso em: 28 jun. 2019

A PROPÓSITO DOS CONCEITOS DE BINARISMO E INTERSECCIONALIDADE

Uma forma simples de separarmos o mundo ao nosso redor está associada a categorias binárias: eu/outro, bom/mau, belo/feio, perfeito/imperfeito, entre muitas outras possíveis. O problema dessa forma de classificação é que ela ignora possíveis gradientes existentes entre os dois termos quando falamos de diversidade humana. Assim, a noção de **binarismo** está relacionada à definição de identidades sociais segundo pares binários. Embora sejam passíveis de mudanças decorrentes dos processos históricos, esses pares estão relacionados às representações dominantes – portanto, detentoras de poder de imposição de suas verdades – e acabam definindo comportamentos, mentalidades e expectativas tanto para indivíduos quanto para grupos sociais específicos.

Todavia, uma série de estudos têm procurado investigar as origens que formatam as maneiras de pensar, sentir e agir. Assim, ao longo das últimas décadas, progressivamente foi se formando uma ampla rede de questionamentos que passaram a se cruzar, de tal maneira que podemos afirmar a existência, desde então, de uma transversalidade

de perspectivas analíticas. Mas o que seria, afinal de contas, essa ideia da **interseccionalidade**?

No sentido amplo, interseccional pode ser compreendido como aquilo que atravessa uma determinada seção ou um determinado plano. Desse modo, corresponderia a um determinado movimento que perpassa outros movimentos. No sentido mais específico, que define o interesse do nosso material de estudos, a interseccionalidade designa o entrecruzamento de movimentos e indivíduos situados em diferentes produções intelectuais e políticas.

No campo acadêmico brasileiro, a produção sobre interseccionalidade foi marcada, sobretudo, pelas categorias raça e gênero (MOUTINHO, 2014), uma vez que a produção a respeito desses conceitos tem se tornado um dos principais pontos de debates contemporâneos. Mas exemplos possíveis de interseccionalidade seriam também o encontro das teorias feministas com as teorias negras; o cruzamento da perspectiva homossexual com a teoria das classes; o intercâmbio entre as teorias ambientalistas e o pensamento indígena, entre muitas outras possibilidades.

A partir da noção de interseccionalidade, dessa forma, podemos pensar que as diferentes identidades vão se agrupando em processos políticos e sociais muito dinâmicos, que tendem a se cruzar. Desse encontro de perspectivas originou-se, por exemplo, a compreensão do acúmulo de identidades marginalizadas que acabam definindo certos grupos.

Pensemos, por exemplo, em uma sociedade na qual os índices de feminicídio sejam muito elevados – o que indica uma propensão à violência contra a mulher, portanto o predomínio de uma visão misógina de mundo. Além disso, imaginemos que a referida sociedade é pouco tolerante em relação aos homossexuais, além de demonstrar uma tendência a inferiorizar e segregar a população negra que ocupa o seu território. Ou seja, neste tipo de sociedade, a situação das mulheres se torna mais difícil se elas forem negras, e ainda mais dura se forem, também, homossexuais.

Essas questões sobre as quais estamos refletindo foram o ponto de partida para o desenvolvimento das teorias relacionadas aos estudos subalternos, sobre os quais estudaremos brevemente algumas linhas principais e desdobramentos.

SOBRE O BINARISMO “ORIENTE” E “OCIDENTE”

Uma questão que desde a conquista da América surge para o pensamento europeu é a ideia do **Oriente**. Afinal de contas, o que realmente designa esse termo, tão impreciso e difícil de se definir? Para muitos, trata-se de uma imagem romântica, relacionada com a divisão entre Oeste e Leste, que define os mundos conhecidos e os **mundos distantes**, nos quais se falam línguas incompreensíveis e se professam religiões sobre as quais o conhecimento **ocidental** a respeito é muito limitado. Pois bem, se a ideia de Oriente é demasiado antiga, a noção de orientalismo pode ser compreendida como relativamente recente.

Edward Said (1935–2003), intelectual de origem palestina, debruçou-se sobre o tema da oposição entre Oriente e Ocidente no imaginário dominante. Para ele, a referida oposição parte de um falso binarismo, uma vez que as duas categorias foram formadas para se delimitar universos que não são em si homogêneos. Segundo ele, a diferença da identidade oriental e da identidade ocidental foi, em grande medida, formada gradualmente por poetas, romancistas, filósofos, teóricos e administradores dos domínios coloniais.

Pode parecer um tanto quanto abstrata essa afirmação de Said, mas seu livro **O Orientalismo**, de 1978, traz uma série de evidências sobre como a noção de Oriente foi sendo formatada por pessoas situadas no Ocidente. Para tanto, o autor mobiliza diversas fontes de estudo e constata que em certo momento, aproximadamente no final do século 18, o orientalismo fundamentou e justificou a dominação realizada pelo Ocidente. Sobre a obra de Said, o historiador Peter Burke afirma que:

O Orientalismo analisava os vários esquemas pelos quais o Oriente Médio foi percebido por viajantes, romancistas e acadêmicos ocidentais, e estereótipos como 'atraso', 'degeneração', 'despotismo', 'fatalismo', 'luxo', 'passividade' e 'sensualidade'. Trata-se de um livro enraivecido, um apelo apaixonado para que os estrangeiros vejam as culturas do Oriente Médio sem os antolhos da hostilidade ou da condescendência. Inspirou muitos estudos semelhantes, não apenas sobre a Ásia, a África ou as américas, mas também sobre a Europa. Os pontos de vista ingleses sobre a Irlanda foram rotulados de 'celtismo', enquanto num interessante movimento contrário, os estereótipos relativos ao 'Ocidente' foram designados como 'ocidentalismo' (BURKE, 2005, p. 65).

Mas Said também traz uma outra questão que nos interessa. A partir do momento em que as nações ocidentais começam a definir o Outro, ou seja, a diferença e a diversidade como Oriente, através de pessoas e grupos autorizados a produzir discursos considerados legítimos, isso acaba por reforçar a própria identidade que se pleiteia como ocidental. Em outras palavras, quando os europeus identificaram a vastidão do mundo a leste como Oriente, acabaram definindo os próprios contornos de sua cultura ocidental. O problema disso, afirma o autor palestino, está no fato de que essa imagem que se forma sobre o outro está relacionada aos poderes e às dominações coloniais.

No limite, o principal ponto apresentado por Said pode ser compreendido como uma crítica multicultural às formas de poder e dominação derivadas de um certo regime de conhecimento. Dito de outra forma, ao tornar a noção de Oriente inquestionável, respaldando seu uso a partir de produções intelectuais variadas, o binarismo Oriente e Ocidente se coloca na ordem do dia como uma verdade que se quer natural. Pensada dessa forma, a crítica de Said vai para além da mera acusação a respeito da perniciosidade do orientalismo, pois indica também que as próprias verdades são passíveis de produção intelectual, uma vez que são produtos de determinadas culturas, situadas em tempo e espaço específicos.

Desse modo, somos estimulados a ampliar nossas interrogações para o **efeito** que os discursos exercem sobre as diferenças de poder, uma vez que, como afirma Stuart Hall, não apenas criam identidades e semelhanças, mas também demarcam diferenças e exclusões (HALL, 2003, p. 18).

A RESPOSTA DOS DOMINADOS ÀS TEORIAS COLONIAIS

No bojo das questões trazidas pelo pensamento pós-colonial, iniciou-se uma série de reflexões a respeito dos pontos de partida para o desenvolvimento das teorias e das visões de mundo, pois começou a ficar muito evidente o fato de que as posições ocupadas pelas pessoas e pelos grupos acabam refletindo suas tomadas de posição sobre o mundo social ao seu redor.

Tomemos um exemplo retirado da obra de um autor sobre o qual falaremos mais adiante, chamado Frantz Fanon. Intelectual negro, nascido na Martinica, Fanon faz uma série de ponderações a respeito das teorias sobre a suposta tendência que os povos “subdesenvolvidos” teriam de criar dependências em relação aos europeus. Ao criticar a análise realizada por um autor europeu que identificava certa propensão das populações colonizadas a desenvolverem laços de dependência com seus colonizadores, Fanon questiona a posição que o autor em questão – Octave Mannoni – ocupava na sociedade europeia, evidenciando que seus posicionamentos teóricos estariam demasiadamente limitados pelo espaço que o autor ocupava em seu meio social francês. Diz Fanon:

Acredito sinceramente que uma experiência subjetiva pode ser compartilhada por outra pessoa que não a viva; e não pretendo jamais sair dizendo que o problema negro é meu problema, só meu, para em seguida dedicar-me a seu estudo. Mas me parece que Mannoni não tentou sentir de dentro o desespero do homem de cor diante do branco. Dediquei-me neste estudo a apalpar a miséria do negro. Táctil e afetivamente. Não quis ser objetivo. Aliás, não é bem isso: melhor seria dizer que não me foi possível ser objetivo (FANON, 2008, p. 86).

Ao lermos a afirmação acima de Fanon, notamos uma diferença de percepção entre quem pertence a um determinado território e tem a pele negra e quem está localizado em uma região distante, detentor de pele branca. Essa percepção, por sua vez, relaciona-se com o espaço ocupado por cada uma dessas pessoas, de modo que podemos nos questionar a respeito do **lugar de fala** de cada uma delas.

O termo **lugar de fala** tem se tornado muito presente nas discussões acerca das identidades contemporâneas. Trata-se de uma expressão que designa o ponto a partir do qual cada pessoa apresenta a sua perspectiva. Essa ideia, como apresentado por Fanon, não necessariamente quer dizer que as pessoas não devem conversar sobre temas que não

definem suas identidades, mas sim que essas falas estão situadas em posições muito particulares, o que, em muitos casos, impede de se ter um conhecimento mais aprofundado sobre certas experiências sociais que delas são distantes. No caso brasileiro, podemos identificar essa perspectiva a partir das palavras da pesquisadora Djamila Ribeiro:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em Teses sobre o conceito de história. Estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que invisibiliza essas narrativas (RIBEIRO, 2017, p. 38).

SOBRE O BINARISMO “MASCULINO” E “FEMININO”

Se anteriormente observamos que Edward Said procurou ampliar a compreensão da divisão sobre o que é considerado “ocidental” e o que é “oriental”, recusando aderir de maneira irrefletida a binarismos e preconceitos contidos nos dois termos, muitos intelectuais têm se dedicado a romper também com o binarismo associado às identidades de gêneros, sobretudo no que concerne à divisão entre “masculino” e “feminino”.

Segundo Joan Scott, a noção de gênero comporta dois significados específicos que estão inter-relacionados. De um lado, a categoria gênero designa um modo de relação social baseado na percepção de diferenças entre os sexos. De outro lado, gênero designa um modo primário de relações de poder (SCOTT, 1988, p. 43).

Um ponto de referência inicial para a discussão acerca das relações de gênero que se tornaram objeto de intensas reflexões e estudos por intelectuais, artistas e pesquisadoras é uma afirmação da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908–1968), apresentada em sua importante obra intitulada **O segundo sexo** (1949). No início do segundo tomo da referida obra, a filósofa afirma que “não se nasce mulher:

torna-se". Essa sentença se transformou em um dos principais lemas do movimento feminista e de diversas teóricas que ampliaram e complexificaram a fortuna crítica a respeito do assunto.

A perspectiva feminista de Simone de Beauvoir encontrou diversas resistências entre setores sociais variados. Para aqueles que se pautavam exclusivamente pelas diferenças biológicas, a afirmação parecia descabida. Mas, como **observamos** até agora, nesta série de discussões acerca, que delimitam o escopo do nosso material de estudos, a referida proposição faz sentido, pois o que Beauvoir questiona é justamente o papel e a desigualdade conferida a uma determinada identidade do que deve ser a "mulher", que tende a desconsiderar os condicionantes sociais e culturais que definem esta categoria. Nesse sentido, a definição dos papéis de gênero torna-se uma questão eminentemente política e cultural.

Embora a atuação das intelectuais feministas não seja algo específico dos tempos contemporâneos, uma vez que podemos encontrar esboços teóricos potentes no século 19, o feminismo, como forma de pensar as relações de poder entre os gêneros, prescindiu durante algum tempo de um corpo teórico bem fundamentado, como aponta Elaine Showalter (ALMEIDA, 1992, p. 24). Isso mudou drasticamente a partir da segunda metade do século 20. Com a disseminação das lutas feministas ao redor do mundo, as produções críticas empreendidas por autoras feministas passaram a se expandir junto

com o próprio movimento feminista, reivindicando cada vez mais a igualdade de gênero:

Nas décadas de 60 e 70, as questões da identidade e diferença foram inegavelmente importantes, tendo conseguido abrir espaços e canais de expressão institucionais como a imprensa feminista, o cinema de mulher e os estudos feministas enquanto área de conhecimento. Neste quadro, a introdução da categoria gênero representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas. O estudo das relações de gênero, agora substituindo a noção de identidade, passa a privilegiar o exame dos processos de construção destas relações e das formas como o poder as articula em momentos datados social e historicamente, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença como 'natural'
(ALMEIDA, 1992, p.15)

No bojo dessa produção pós-1960, inúmeras pensadoras realizaram estudos para a compreensão dos efeitos perversos originários de posicionamentos sexistas decorrentes de uma estrutura social patriarcal. Por **patriarcado**, podemos compreender, de maneira geral, um tipo de organização social fundada na noção de que homens são superiores às mulheres, de modo a se naturalizar as formas

de dominação masculina, sendo as mulheres alvos desse tipo de comportamento difuso.

O patriarcado é um sistema amplo de dominação, pois formata inclusive as identidades das próprias mulheres, e é também um sistema institucionalizado, uma vez que as desigualdades entre homens e mulheres são evidentes em sociedades nas quais predomina a dominação patriarcal. Como exemplo disso, podemos pensar em desigualdades salariais entre homens e mulheres que ocupam os mesmos postos de trabalho, bem como a forma como o cuidado com as crianças e o lar é encarado, atribuindo à mulher certas obrigações que não são estendidas de maneira semelhante aos homens.

Mas uma importante questão surge a partir dessas considerações feitas pelas teóricas feministas, trata-se dos efeitos da dominação também sobre os homens. A esse respeito, convém lermos com atenção as seguintes afirmações de Bell Hooks (1952–), uma das principais intelectuais contemporâneas, situada no campo interseccional da teoria feminista e teoria negra:

*Eu queria que tivessem uma resposta para a pergunta "o que é feminismo?" que não fosse ligada nem a medo nem a fantasia. Queria que tivessem esta simples definição para ler repetidas vezes e saber que: 'Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão'. Adoro essa definição, que apresentei pela primeira vez há mais de dez anos em meu livro *Feminist Theory: From Margin to Center*. Adoro porque afirma de maneira muito clara que o movimento não tem a ver com ser anti-homem. Deixa claro que o problema é o sexismo. E essa clareza nos ajuda a lembrar que todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas (HOOKS, 2018, p. 14).*

Ao perceber que a lógica de segregação e produção de desigualdades de gênero referentes às sociedades patriarcais atinge tanto homens quanto mulheres, Hooks não defende que a dominação de homens sobre mulheres deva ser naturalizada. Trata-se precisamente do oposto: para além da libertação das mulheres, o feminismo procura também estender sua forma de compreensão do mundo social para o comportamento dos próprios homens.

Em outro flanco de produção feminista, a filósofa Judith Butler (1956–) questiona a percepção de que existem identidades sexuais e de gênero verdadeiras

enquanto as demais identidades não são compreendidas da mesma forma, demonstrando o poder que as categorias binárias exercem sobre nossas formas de percepção mesmo do nosso mundo próximo.

Butler defende a necessidade de se realizar uma análise genealógica das noções relacionadas às identidades sexuais e de gênero. Esse tipo de análise, pautada pela perspectiva de Michel Foucault (1926–1984), procura localizar os poderes que definem a forma de se compreender o binarismo de gênero – a partir das categorias biológicas e sociais masculino e feminino – como sendo as únicas “verdadeiras”. Desse modo, a autora realiza uma complexa investigação sobre a produção social das verdades sobre homens e mulheres, o que resulta em se evitar a adesão a uma regulamentação moral absoluta e imutável.

A abordagem feminista empreendida por Butler identifica a divisão sexual e de gênero nas sociedades capitalistas como efeito derivado de instituições, práticas sociais e de regulamentos difusos característicos desses tipos de sociedades. Dessa forma, as identidades passam a ser compreendidas como formatadas por discursos e práticas, o que significa dizer: nossa percepção de que existem dois gêneros verdadeiros e binários é decorrente da atuação de diversos grupos, agentes e instituições, de maneira que não sabemos exatamente quem inventou essa separação, embora ela seja muito particular de modo de vida em sociedade que não é e não foi o único possível.

Evidentemente, a perspectiva adotada por Butler encontra resistências em grupos que defendem que a identidade de gênero e a identidade sexual são naturalizadas, sendo essas perspectivas quase sempre fundamentadas em pressupostos religiosos particulares ou em teorias biológicas controversas. De todo modo, os grupos que não se conformam com padrões de gênero fixos, encontram na perspectiva da autora uma forma de compreenderem suas posições no mundo social, uma vez que, a partir da leitura das obras da autora, pode-se pensar também a discussão identitária para além da compreensão de gêneros fixos.

Saiba Mais:

Livro **História da sexualidade Vol. 1: A Vontade de Saber**, escrito por Michel Foucault



Imagem 3: Livro A história da sexualidade Vol. 1.
Fonte: <http://www.record.com.br> Acesso em: 28 jun. 2019.

Michel Foucault (1926–1984) foi um dos maiores intelectuais franceses do século 20. Isso se deve ao fato de que as obras do autor exibem uma amplitude significativa no que concerne à investigação dos discursos presentes nas sociedades modernas. Em *História da sexualidade*, Foucault procura romper com o senso comum que identifica a sexualidade como necessariamente permeada por repressões. Desse modo, ao se distanciar da tese da repressão, característica do pensamento freudiano, Foucault afirma que temos uma propensão a falarmos sobre a sexualidade, embora essas formas de discurso estejam condicionadas a relações de poder. Por poder, o autor compreende uma “multiplicidade

de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte [...]" (FOUCAULT, 2010, p. 102).

Podcast 1



AS DESIGUALDADES E A INTOLERÂNCIA À DIVERSIDADE

Até aqui percebemos que as disputas pelo monopólio da verdade são processos que a Antropologia procura investigar a partir de diferentes **marcadores sociais da diferença** – gênero, etnia, classe etc. Analisamos que questões relacionadas com definições binárias são também políticas e culturais, pois, em muitos casos, acabam reservando comportamentos homogêneos a grupos heterogêneos, que impõem relações desiguais de poder de uma determinada categoria sobre outra. É o caso da noção de “ocidente”, que define “oriente” a partir de preconceitos infundados. Igualmente, as categorias “homem” e “mulher”, do ponto de vista da cultura e das identidades em sociedades sexistas, tendem a designar certas desigualdades que são apresentadas como inatas e sobre as quais não se deve questionar.

Evidentemente, podemos ampliar essas relações de poder para outras categorias. Em sociedades marcadas por determinadas tradições religiosas e comportamentais, a homossexualidade é vista como algo “anormal”. Entretanto, sabe-se que esses padrões decorrem de **estruturas** que favorecem a identidade heterossexual em detrimento da identidade homossexual. Tais estruturas, como inúmeros

estudos demonstram, não são naturais, mas sim sociais e culturais.

A população gay, lésbica, bissexual e trans, no Brasil e no mundo, tem ganhado cada vez mais visibilidade, reivindicando leis que garantem sua integridade, através de lutas históricas. Nos dias atuais, torna-se pouco provável que os homossexuais retornem a um patamar de marginalização como visto em tempos atrás. Exemplo disso são as paradas do orgulho LGBT que se tornam cada vez mais disseminadas no mundo inteiro, sendo a ocorrida na cidade de São Paulo a maior do mundo.

Contudo, os dados referentes à violência contra homossexuais permanecem assombrosos. Para compreendermos os efeitos que essas estruturas exercem sobre as minorias – assim chamadas devido ao fato de que qualitativamente dispõem de poder reduzido, e não por serem quantitativamente menores – convém atentarmos para alguns dados trágicos que evidenciam a importância da luta contra a homofobia.

Segundo o relatório *State Sponsored Homophobia*, de 2017 (link https://ilga.org/downloads/2017/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2017_WEB.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019), atualmente 72 países ainda definem homossexualidade como crime, sendo que as penas variam e, em muitos casos, são previstas e praticadas penas de morte. Ainda de acordo com o referido relatório, no que concerne à realidade do continente americano, o Brasil permanece ocu-

pando desalentador primeiro lugar em número de mortes de homossexuais, indicando como o risco de ser assassinado devido à sua identidade sexual paira constantemente sobre a população homossexual brasileira.



Figura 1: Bandeira sobre a multidão de pessoas na Parada do Orgulho LGBT. **Fonte:** <http://paradasp.org.br>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SAIBA MAIS

Livro **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**, escrito por João Silvério Trevisan.



Imagem 5: Livro Devassos no Paraíso. Fonte: <https://www.companhiadasletras.com.br/> Acesso em: 28 jun. 2019.

Obra clássica sobre a homossexualidade no Brasil. Nela, João Silvério Trevisan faz um balanço sobre como os homossexuais foram vistos e como se perceberam ao longo dos tempos. O título remete à imagem que os portugueses tiveram sobre os nativos brasileiros quando da invasão portuguesa, uma vez que as práticas afetivas dos indígenas destoavam do formalismo cristão professado pelos portugueses. Publicada originalmente em 1986, a obra serviu, desde então, como referência para gerações

de homossexuais que dispunham até então de pouca produção histórica e teórica a respeito de suas identidades. Após ter ficado um longo período sem ser editada, a obra foi relançada com acréscimos feitos pelo autor, buscando atualizar informações a respeito da experiência homossexual no Brasil contemporâneo.

Podcast 2



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As complexas questões que ensejaram nossa discussão estiveram relacionadas com o questionamento da legitimidade de quem impõe suas verdades sobre as identidades dos outros. Algumas indagações surgem dessas constatações: é legítimo um colonizador europeu, que se beneficia da exploração de suas colônias, dizer o que é bom para o colonizado? É legítimo um país que tem interesses na dominação comercial de outros definir qual a política econômica que estes países devem seguir? É legítimo que grupos urbanos e industriais, interessados na exploração econômica dos territórios indígenas, digam qual é a identidade que devem seguir os nativos deste território? É legítimo um homem branco e heterossexual definir qual será a expectativa de comportamento de uma mulher negra e homossexual? Pois essas foram as questões estudadas por nós neste material. Se não foram apresentadas respostas, ao menos tivemos contato com estudos e perspectivas que se esforçaram para analisar tais questões.

Neste ponto final, devemos reconhecer que essas não são questões simples. Entretanto, sabemos que quando falamos da experiência humana, questões complexas exigem respostas igualmente complexas.

Por fim, gostaríamos de ressaltar a importância da Antropologia, a despeito do pouco conhecimento que se tem sobre a disciplina no senso comum. A Antropologia se tornou um dos principais meios para adquirirmos conhecimentos para além do nosso horizonte social e cultural superficial, que sempre será inicialmente limitado pelas posições que ocupamos em nossas sociedades. Impedindo, em muitos casos, o desenvolvimento de nossa alteridade.

Esta série de materiais que serviu para a disciplina **Antropologia, identidade e diversidade** procurou trazer ao leitor uma imagem panorâmica sobre o campo de pesquisas. Como é de se esperar, os estudos citados trazem muitos outros subsídios que servem de base para as suas interpretações. Fica aqui, então, o convite para que procurem pelas referências básicas aqui citadas e acompanhem as revistas acadêmicas internacionais e nacionais, produzidas por departamentos de Antropologia, sobre os assuntos tratados, de maneira a evitarem distorções veiculadas por outros canais.

Até breve!



Inovações teóricas provenientes do pensamento pós-colonial. “Estudos subalternos” como resposta às interpretações dos dominantes.

Os efeitos do colonialismo sobre a construção da identidade do “outro”:

a) Revolução Francesa e Revolução Industrial “direitos universais” e expansão comercial;

b) Colonizados X Colonizadores;

c) Diferença (distribuição horizontal de poder) e desigualdade (distribuição vertical de poder).

1

A propósito dos conceitos de binarismo e interseccionalidade:

a) Sobre o binarismo “Oriente” e “Ocidente”: a crítica de Edward Said.

2

A resposta dos dominados às teorias coloniais. A noção de “lugar de fala”:

a) Sobre o binarismo “masculino” e “feminino”: a crítica às representações patriarcais;

b) As desigualdades e a intolerância à diversidade.

Referências

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault. São Paulo: Autêntica, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade v. 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Edições Graal, 2010.

GENTILI, A. M. Colonialismo. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**, v. 1. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís

Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HALL, Stuart; GAY, Paul du (Orgs.). Cuestiones de identidad cultural. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LOPES, Nei. Enciclopédia brasileira da diáspora africana. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 201-248, jun. 2014.

MUNANGA, Kabelgele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

NEVES STREY, Marlene; CÚNICO, Sabrina Daiana. **Teorias de Gênero:** feminismos e transgressão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SAID, Edward. **O Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rousaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase – orientações pós-seculares. São Paulo: Autêntica, 2017.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FaTM
ONLINE